

Sai o acordo como *Centrão* queria

As esquerdas não concordam e vão apresentar emendas para mudar

Câmara esvazia gavetas

Em sua penúltima sessão extraordinária, antes do recesso do Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados aprovou 12 dos 26 itens da ordem do dia, colocada em votação em regime de urgência. Os demais foram adiados ou receberam emendas que necessitam do parecer do relator. Como hoje ocorre a última sessão deste ano, só em 88 estas matérias voltarão a ser discutidas para votação. Mesmo assim, na sessão de ontem foram aprovados projetos de lei que trazem benefícios para vários setores.

A principal aprovação do dia foi, sem dúvida, a da lei do software, com duas emendas apresentadas pelo PT e pelo PC do B (matéria na página de Economia). A Câmara aprovou também o projeto de lei nº 171-B/87, que autoriza a criação do Conselho Nacional de Bebidas pelo Poder Executivo, que atuará como órgão consultivo de orientação da política nacional para o setor. A mesma lei dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, estabelecendo multa de até 5 mil OTN para os infratores do novo regulamento.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, foi beneficiado com o reajuste anual da subvenção que recebe do Ministério da Cultura, fixada hoje em Cz\$ 6 milhões. Os recursos transferidos para o IHGB devem ser aplicados, exclusivamente, para o desenvolvimento do trabalho estatutário da entidade, não podendo servir de pagamento de pessoal, estabelece a lei. Outro projeto aprovado ontem pela Câmara admite também que o Amapá cresceu. O dispositivo aumenta para 1673 os 900 homens do efetivo da Polícia Militar daquele Território.

O deputado Adylson Motta (PDS/RS) conseguiu ver aprovado ontem seu projeto de lei que obriga à abertura de concurso de projetos arquitetônicos para edifícios públicos do Governo federal. Excetuando os projetos feitos por arquitetos e engenheiros dos quadros oficiais do órgão em questão, a lei visa principalmente valorizar os 80 mil arquitetos e os quase 200 mil engenheiros subempregados no País.

O acórdão em torno das mudanças do regimento interno da Constituinte foi publicado ontem e já está à disposição dos constituintes que quiserem apresentar emendas ao texto. Na forma de projeto de resolução, de nº 21, da Mesa da Constituinte, ele vai ser discutido na sessão de terça-feira e entra em votação no dia seguinte. O PT e o PDT não gostaram do acórdão entre o Centrão e o PMDB e prometem apresentar uma série de emendas para alterar o projeto, que atende às principais reivindicações do Centrão e abre caminho para uma guinada à direita na Constituinte.

O alvo central vai ser a preferência automática para emendas que tenham assinaturas da maioria absoluta dos constituintes—280. O item foi incluído no projeto depois de ter sido o centro da briga entre PMDB e Centrão. Além da liderança do PMDB na Constituinte, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, também vai apresentar destaque para retirar a preferência automática. O argumento é o mesmo: assinatura não pode substituir voto, repetem.

Outro artigo que o PDT pretende mudar é o artigo II, que prevê o mínimo de 187 assinaturas para apresentação de requerimentos de destaque para votação em separado de parte do texto do projeto ou do substitutivo. Os pequenos partidos protestam porque para eles será muito difícil conseguir as 187 assinaturas necessárias. Eles querem que o número de assinaturas para esse tipo de requerimento seja o mesmo exigido para os requerimentos de preferência: 56.

O ponto de maior interesse do Centrão foi garantido no artigo 10, que exige maioria absoluta de votos para incluir ou excluir do texto qualquer tópico que seja objeto de destaque. Ou seja, para manter a estabilidade de emprego, por exemplo, a esquerda terá de garantir 280 votos favoráveis ao texto já aprovado na sistematização. Anteriormente esse número era exigido apenas para mudar o que havia saído do Cabral III.

Essa mudança é criticada por todos os setores esquerdistas da Constituinte, que conseguiram avanços na fase da Comissão de Sistematização e agora recalam uma guinada à direita na nova Constituição. O presidente nacional e líder do PT na Constituinte, Luiz Ignácio Lula da Silva, reconhece: "Cajmos na realidade de 15 de novembro, quando tivemos certeza de que a direita havia ganhado as eleições. Acabou o período de doce ilusão da fase da Sistematização".

O PT também pretende derrubar a preferência automática para as emendas coletivas. Com isso, expli-

ca Lula, não vai adiantar nada o espaço aberto pelo novo projeto para emendas individuais — quatro emendas e seis destaques para cada constituinte. Como as emendas coletivas podem ser apresentadas por títulos (embora votação seja em capítulos) e vão ter preferência sobre as demais, elas fatalmente vão prejudicar as emendas individuais, na avaliação do líder petista.

O deputado Brandão Monteiro, que só ficou satisfeito com a garantia de apreciação das emendas populares — sugestão da liderança do PDT — analisa a vitória do Centrão e o acórdão como a "falência dos grandes partidos, com suas lideranças absolutamente desrespeitadas".

O líder do PMDB no Senado senador Fernando Henrique Cardoso, acredita que a briga do Centrão, que acabou na vitória do grupo, provou que "aquí ninguém tem força para aprovar nada sozinho e o acórdão, por isso mesmo, deve ser prestigiado por todos". O PT também reconhece a necessidade de negociação, diante da demonstração de força da direita. O partido recusa, pelo menos por enquanto, a tese de deixar a Constituinte por ela estar tomando matizes direitistas. "É cedo, não há como fazer esse tipo de promessa em um clima emocional", defendeu Lula.

ARQUIVO



José Lins: emendas de conteúdo já prontas

O que vai mudar no Regimento

1) A maioria absoluta (280) pode apresentar substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções.

2) Havendo mais de um substitutivo sobre a mesma matéria terá prioridade o que apresentar maior número de assinaturas. Com o mesmo número, vale o que chegar primeiro.

3) As emendas de maioria absoluta terão preferência automática, independente de votação.

4) As emendas de maioria absoluta não vão ser apreciadas em "rito sumariíssimo", pretendido antes pelo Centrão. Vão correr como todas as outras, com prazo de oito (8) dias para parecer do relator e destaques. Mas ainda levam a vantagem de, não alcançado quorum para sua votação, serem submetidas a nova votação, num intervalo de 24 horas.

5) Todas as emendas e destaques oferecidos em

fases anteriores ficam prejudicados. Mas cada constituinte poderá apresentar quatro emendas e seis destaques na fase do plenário.

6) O requerimento de preferência deve ser assinado por um mínimo de 56 constituintes e apresentado até as 18h do dia que anteceder a votação do respectivo título. O Centrão cedeu nesse ponto, pois queria apresentação de preferência para as emendas com maioria absoluta em qualquer momento.

7) O prazo de recebimento de emendas e substitutivos é de sete dias a contar da publicação no Diário da Assembleia Nacional Constituinte e distribuição em avulsos do Projeto da Comissão de Sistematização.

8) A votação será por capítulos, seguido dos destaques e depois das emendas.

9) O número de oradores para o encaminhamento da votação foi dobrado. São dois contra e dois a favor, além do relator.

10) Os pequenos partidos (com menos de 15 membros) ganham um tempo de cinco minutos para falar antes do início da votação de cada título.

11) Requerimento de destaque para votação em separado de parte do texto do projeto ou do substitutivo pode ser apreciado desde que venha assinado por, no mínimo, 187 constituintes.

12) É necessário maioria absoluta tanto para alterar quanto para manter o texto do Cabral III.

13) Se não houver maioria absoluta nem contra nem a favor, a sessão será suspensa por 48h para que o relator apresente novo texto sobre a matéria. O objetivo é evitar "buracos negros" na Constituição.

Fixados 6 temas como prioridade

Estabilidade, hora extra e empresa nacional são alguns dos temas constitucionais, aprovados na Comissão de Sistematização, que o Centrão pretende mudar na votação em plenário. O deputado José Lins (PFL-CE) vem realizando junto aos integrantes do grupo o trabalho de definição política sobre os temas.

Lins apontou os principais assuntos que o Centrão deverá votar unido:

Estabilidade: o Centrão quer derrubar a estabilidade aprovada pela esquerda. O grupo não admitirá a indissolubilidade da relação patrão e empregado conforme reivindicação dos sindicalistas. Querem incluir o mecanicismo da indenização progressiva a ser paga aos trabalhadores em caso de demissão imotivada.

Imprescritibilidade: o Centrão quer acabar com esse direito adquirido na Sistematização. Com isso, os direitos trabalhista voltarão a prescrever depois de dois anos.

Semana de trabalho: a jornada de 44 horas semanais será mantida. O depu-

tado Gastone Righi (PTB-SP), um dos líderes do Centrão, é o autor da emenda aprovada na Sistematização e já negociou junto ao grupo a sua aprovação também no Plenário da Constituinte.

Hora Extra: o Centrão irá defender que o pagamento da hora extra seja definido em lei complementar. A sistematização aprovou o pagamento em dobro.

Licença-gestante: voltará a ser de 86 dias e não 120 dias conforme foi aprovado na Sistematização.

Derivados de Petróleo: a distribuição dos derivados de petróleo continuará sendo também por empresas estrangeiras.

Empresa Nacional: o Centrão quer que a definição de empresa nacional não seja feita de forma a discriminar a empresa brasileira com capital estrangeiro. O grupo entende que o texto do Cabral III é xenofobo, afugentando novos investimentos no País.

Educação e Saúde: o grupo apresentará sugestões que reduzam o poder do Estado nesses dois setores.

Oswaldo e Aluísio contestam erro

O deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE) protestou ontem contra a inclusão de seu nome na lista, divulgada pelo CORREIO, dos constituintes que votaram com o Centrão. Ele disse que foi "solidário com o líder Mário Covas", que retirou seu grupo de plenário numa tentativa de negar quorum à votação. Também o senador Aluísio Bezerra (PMDB/AC) constou equivocadamente da relação.

"Defendi o resgate da soberania nacional sobre os minérios, a reforma agrária, que dê terra a 7 milhões de bóias-frias, o que ficou muito claro nas minhas votações na Subcomissão da Reforma Agrária, da qual fui relator", observou Oswaldo Lima Filho, lembrando que sua posição não se alterou na Comissão de Sistematização, quando defendeu a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e a estabilidade no emprego.

Referindo-se ao Centrão como Direitão, o deputado ressaltou que sempre se posicionou como adversário natural e intransigente da direita parlamentar liderada por Amaral Netto, Delim Netto e Roberto Cardoso Alves, que na sua opinião "pretendem manter no País o capitalismo selvagem, reacionário e sem disciplina legal".

VITÓRIA AMENIZADA

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, não acredita que a vitória do Centrão no plenário da Constituinte tenha maiores consequências no debate da nova Carta. Para ele, "O Centrão incorporou a porra a rebelião dos que se sentiram excluídos pela Comissão de Sistematização mas não conseguirá manter a unidade quando entrarem em discussão as questões temáticas", pois 50 ou 60 votantes "não tinham nada a ver com o grupo".